

# UM TESOURO ETÍLICO: BEBIDAS, IDENTIDADES E CATEGORIAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

*João Azevedo Fernandes*<sup>1</sup>

Uma das principais características da expansão colonial europeia durante a era moderna é a elaboração de uma série de descrições, memórias, diários, aos quais costumamos denominar *relatos de viagem*, e que representam uma das principais fontes para o estudo das mentalidades dos diferentes agentes da colonização. Tais relatos, para além de seu interesse literário ou sua importante função como base documental para a produção historiográfica do fato histórico, constituem-se em janelas privilegiadas para observarmos as formas pelas quais se construiu o que chamarei aqui de *discurso colonial*.

Antes de definir esse tipo de discurso, é importante marcar o ponto de ruptura entre a percepção europeia do outro nos relatos e representações medievais e aqueles surgidos a partir da expansão marítima e colonial, os quais exemplificam o surgimento de um novo modelo de alteridade e uma nova concepção de humanidade. Para o homem do medievo, havia uma dicotomia necessária entre a cristandade, a *cristianitas*, e o mundo externo à comunidade cristã. Aos bárbaros pagãos, judeus renitentes e muçulmanos infiéis cabia o extermínio ou a integração forçada, pela conversão ou pelo isolamento no seio da cristandade, em guetos e bairros próprios.

Ao mesmo tempo, tal perspectiva se caracterizava por um etnocentrismo essencial: o homem pleno confundia-se com o europeu cristão, e a cada afastamento desse centro, cultural e geográfico, diminuía-se a possibilidade do humano. É assim que na cartografia medieval as terras distantes eram povoadas de *similitudines homines*, uma infinidade de monstros, canibais imaginários, homens peludos ou com cauda, com bocas na barriga ou pés gigantescos. Na verdade, nem era preciso se afastar muito para encontrar o estranho, o “quase” humano: um guia anônimo para os peregrinos de Santiago de Compostela, escrito no século XII, dizia que os bascos comiam e bebiam “de modo realmente asqueroso”, como “cães ou porcos”. Sua fala parecia com “os uivos dos cães” e tinham a “cor preta e aspecto diabólico”. Faziam sexo com o gado, e chegavam a usar cintos de castidade em suas éguas e mulas, “para evitar que outra pessoa copule com elas”<sup>2</sup>.

A era moderna inaugura uma nova percepção do outro. Os descobridores e conquistadores, mesmo nos lugares mais distantes, encontravam homens

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba; Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (PPGH-UFPB/ Diretório CNPq). E-Mail: <joaser@uol.com.br>.

<sup>2</sup> “Le Guide du pèlerin de Saint-Jacques de Compostelle”, citado por FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. *Os Desbravadores : Uma história mundial da exploração da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 119-120.

como eles, e não monstros antropomórficos. A percepção da existência de uma *humanidade* global, tão presente nos textos de um Montaigne ou um Las Casas, deslocou o eixo sobre o qual se construía a identidade europeia. De uma diferença geográfica, horizontal, passava-se para um eixo vertical, civilizatório. Assim como os seres e objetos do Universo, os homens também se localizavam em uma série de círculos que iam do inferior para o superior, da imperfeição para a perfeição, em uma “grande cadeia do ser”<sup>3</sup>. Nessa nova dicotomia, o eurocentrismo superava o etnocentrismo, e a alteridade se localizava agora no próprio seio da humanidade, entre rústicos e cidadãos, entre mulheres e homens, entre crianças e adultos, entre selvagens e civilizados, entre comportamentos aceitáveis e reprováveis<sup>4</sup>.

É nesse contexto que se insere o discurso colonial. Esse tipo de discurso, que perpassa as descrições e relatos de viagem que considerarei a seguir, se fundamenta na construção de um uma série de distinções e contraposições que giram em torno de dicotomias como *civilizado/ bárbaro*, *pureza/ imundície*, *temperança/ intoxicação*, entre outros. Seu papel é justamente elaborar diferenças estereotipadas entre colonizadores e colonizados, as quais funcionam também para manter, ao menos em um nível discursivo, os colonizados em uma posição subalterna ao colonizador<sup>5</sup>.

É evidente que, no seio desse conjunto de discursos, didaticamente reunidos sob o rótulo “discurso colonial”, existe uma grande variedade de motivações, situações concretas e origens daqueles que os pronunciam. Além disso, existe a questão temporal: o discurso de um José de Anchieta é muito distinto daquele de um João Daniel, ambos missionários jesuítas, mas confrontados com situações de contato e domínio coloniais bastante diferenciadas. Por outro lado, os relatos do século XVIII carregam em si uma importante modificação em relação àqueles mais antigos, de princípios da experiência colonial.

Como mostrou Mary Louise Pratt em seu clássico sobre a escrita dos viajantes, os relatos de viagem desse período representavam vários papéis em um momento de redefinição nas relações entre os povos cêntricos e aquelas sociedades e culturas que eram objetos da expansão colonial. Além do esforço de descrição e classificação, típicos de um momento em que as ciências naturais se constituíam como campo de estudo profissional, os relatos também cumpriam uma função essencial ao “produzir” o resto do mundo para sociedades que atravessavam uma profunda crise de identidade<sup>6</sup>.

Sobre os escombros das revoluções, motins e contestações que marcaram os séculos XVII e XVIII, nos quais uma população pobre e espoliada buscava em perspectivas sociais e religiosas radicais uma resposta para a crise social e a

---

<sup>3</sup> LOVEJOY, Arthur O. *The Great Chain of Being: a study of the history of an idea*. Nova York: Harper & Row, 1960.

<sup>4</sup> AUGUSTIN, Günther, *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p. 20-27; HESPANHA, António M. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 47-68.

<sup>5</sup> QUINTERO, Gilbert, “Making the Indian: colonial knowledge, alcohol, and native Americans”. *American Indian Culture and Research Journal*, n. 25, 2001, p. 57-58.

<sup>6</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 28-38.

concentração de riqueza e poder que marcaram a emergência do capitalismo, os relatos de viagem cumprem a função essencial de apontar a diferença entre o “eu” europeu e o “outro” colonial, fazendo, desta forma, com que a crítica ao outro, ao primitivo, ao estranho servisse como um cimento para as fraturadas sociedades europeias<sup>7</sup>.

Feita essa muito rápida introdução à minha visão sobre os relatos, passemos ao essencial. Quando se procura traçar distinções civilizacionais, e aquele relato sobre os bascos citado anteriormente é bem prova disso, os fatos da vida cotidiana assumem um papel central. Como nos diz Braudel, são “ocorrências” que, ao contrário dos “acontecimentos”, repetem-se durante largos períodos de tempo, transformando-se em generalidades, em “estruturas”<sup>8</sup>. Ao se defrontar com os selvagens, ou mesmo os rústicos dos domínios coloniais, os autores dos relatos dificilmente tem condições, ou interesse, de descrever suas práticas políticas ou religiosas, mas sempre se veem obrigados, de boa ou má vontade, a participar de seus ritos alimentares ou étlicos, os quais se caracterizam pela recorrência e cotidianidade.

As formas de preparo e consumo de alimentos e bebidas, suas interdições e regras de compartilhamento, estão entre os fenômenos simbolicamente mais marcados em qualquer cultura, o que torna as reações a estes fatos por parte de quem os descreve um documento inestimável acerca do lugar ocupado por estes fenômenos na própria cultura do observador. Por outro lado, como parte fundamental na construção do discurso colonial, as descrições alimentares e étlicas funcionam como chaves essenciais para a delimitação de critérios de superioridade e inferioridade entre culturas e sociedades, preocupação obsessiva dos relatos coloniais<sup>9</sup>.

A interiorização da colonização portuguesa no Brasil foi marcada, tal como ocorreu em outros contextos de expansão europeia, pela construção do discurso colonial, e isso também é verdade no caso da Amazônia. Para esta região, dispomos de alguns relatos e descrições extremamente ricos quanto aos costumes alimentares e étlicos dos povos indígenas e das populações pobres da região, os quais nos permitem um olhar privilegiado sobre a construção daquele tipo de discurso. Nessa exposição, me debruçarei particularmente sobre as descrições dos costumes étlicos, não apenas por predileção profissional, mas porque tais costumes guardam em si uma enorme carga simbólica, o que os torna um espaço privilegiado para a construção das categorias de superioridade e inferioridade.

Isso ocorre porque as bebidas alcoólicas, assim como outras formas de alimento, formam o que Michael Dietler chamou de “cultura material corporificada”, isto é, um tipo de cultura material cujo destino é ser, necessariamente, destruída pela

---

<sup>7</sup> Acerca das relações entre a expansão colonial e imperial e a crise social e cultural no mundo atlântico dos séculos XVII e XVIII, ver: LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 341-369.

<sup>8</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - v. 1: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.17-18.

<sup>9</sup> LAUNAY, Robert. “Tasting the world: food in early European travel narratives”. *Food & Foodways*, vol. 11, n, 1, 2003, p. 27-28.

ingestão e transformação pelo corpo humano, o que as torna algo especial e diretamente ligado à própria construção das diferenças e identidades que constituem o indivíduo em sociedade. O álcool, por suas propriedades psicoativas, possui estas características em um grau ainda maior, especialmente quando relacionado à vida ritual e simbólica de determinada comunidade, carregando-o de constrangimentos e regras culturais que o tornam um aspecto especialmente visado na construção do discurso colonial<sup>10</sup>.

Dentre esses relatos sobressai o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, escrito pelo jesuíta João Daniel, o qual representa uma das obras mais importantes acerca da construção dos regimes etílicos naquela região, para citar apenas um aspecto. Ao lado de outros textos, como as cartas do Governador-Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado (importantíssimas para o estudo da percepção da elite portuguesa sobre as práticas etílicas coloniais), ou o diários e relatórios de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira, o livro de Daniel nos servirá de guia para a complexidade da experiência etílica na Amazônia colonial, que vai desde as descrições das práticas nativas, passando pelo papel das bebidas nos contatos interétnicos e, notadamente, pela expansão da cachaça no território amazônico.

Um bom ponto de partida desta análise é o das cartas e outros documentos dos bispos do Grão-Pará, em especial aqueles que exerceram seu ministério logo após a expulsão dos jesuítas. Embora cronologicamente posteriores ao *Tesouro* de João Daniel, tais relatos possuem um caráter que poderíamos chamar de arcaico, na medida em que deixam transparecer a ideia de incompatibilidade entre os costumes nativos e o comportamento civilizado, ignorando a possibilidade da perfectibilidade dos índios, perspectiva bastante presente na obra de Daniel.

Vejamos, por exemplo, o relato da viagem do beneditino Frei João de São José Queiroz, bispo entre 1760 e 1763. Ao descrever as bebidas e os comportamentos etílicos dos índios, o beneditino sempre marca a diferença entre o comportamento selvagem e o civilizado, utilizando as bebidas como símbolos desta dicotomização. A aguardente, por exemplo, desde que feita com o caldo e retiradas suas impurezas, “é muito medicinal”, sendo apropriada para uso como remédio, o que era visto como a função nobre dos destilados. Já a “grosseira e com fezes, (ou) cachaça, é a que bebem os índios”, os quais não deveriam ser “agitados com bebidas fortes”, pois “com três dedos de aguardente, o exercito de Xerxes os não atemoriza”<sup>11</sup>.

Às bebidas nativas, frei Queiroz reservava suas maiores restrições. Tal como fizeram os jesuítas dos séculos antecedentes<sup>12</sup>, o bispo logo percebeu a relação entre aquelas bebidas e os rituais indígenas, indicando a necessidade de repressão a estes rituais, estas “superstições do gentilismo” que eram seguidas mesmo pelos já batizados. Alguns destes ritos eram realizados em “circunstancias bem horrorosas”,

---

<sup>10</sup> DIETLER, Michael. “Alcohol: anthropological/ archaeological perspectives”. *Annual Review of Anthropology*, n. 35, 2006, p. 3-4.

<sup>11</sup> QUEIROZ, João de São José. “Viagem e visita do Sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. Escripita pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. IX, 1847, p. 45-54.

<sup>12</sup> FERNANDES, João Azevedo, “Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás”. *Tempo*, vol. 11, n. 22, 2007, p. 109-132.

como era o caso daquelas ocasiões em que o morto era “suspenso por cordas de fio de sipó ou de embira”, sobre um vaso onde caíam “gottas da corrupção”, com as quais “temperavam as suas bebidas de raízes e vinhos, persuadidos que ficavam mais substanciaes. Taes são as geelas d’estes bárbaros”<sup>13</sup>.

Frei Queiroz via nas bebidas um aspecto central na constituição mental e moral dos locais, tanto os índios quanto os brancos. Se para aqueles a “bem-aventurança” estava no “balanço da sua rede”, com “tabaco para o cachimbo e aguardente para o corpo”<sup>14</sup>, para os brancos bastava “um copo de aguardente de canna (para se acomodarem), porque morrem n’este Estado índios e brancos, chamando-lhe bebida divina, outros encantadora”<sup>15</sup>. Desse modo, as práticas étlicas amazônicas eram parte integrante da tríade de vícios que marcavam a região, e que se reduziam a “Venus, Baccho e Mercurio: é muito próprio dos índios lascívia, bebedice e furto”<sup>16</sup>.

Fazendo o contraponto ao discurso moral do bispo beneditino, temos os relatos dos leigos, viajantes ou administradores, que se caracterizam pelo pragmatismo, pela necessidade de incorporação dos índios à sociedade colonial, e pela percepção da utilidade dos produtos e riquezas da colônia para a manutenção do Império português, cada vez mais integrado a partir das reformas pombalinas<sup>17</sup>. Nas relações com os índios, viajantes como o sargento-mor Henrique João Wilckens (também autor do poema épico *Muhuraida, ou o Triunfo da Fé*, de 1785) não se abstinham de usar a aguardente como lubrificante das relações interétnicas, em um contexto no qual os colonizadores muitas vezes se encontravam em uma situação de risco. Mesmo que este não fosse o caso dos índios Tauocas, “gentio muito domestico, pouco guerreiro, e muito amigo dos brancos”, aos quais Wilckens não se furtou a dar um frasco de aguardente “que o seu Principal me havia mandado pedir”, além de panos e navalhas<sup>18</sup>.

Alexandre Rodrigues Ferreira também usou a aguardente como facilitador de relações e redutor das tensões do contato, respeitando, porém, a experiência daqueles indivíduos mais afeitos a esse tipo de trato. Preparando seis frascos de aguardente para presentear um determinado Principal, seu guia recomendou que o presente fosse reduzido à metade, “porque” disse o guia, “mandando os seis, poderão nascer distúrbios, embriagando-se os índios”. O limite entre a facilitação dos contatos e a faísca que poderia pôr em risco as vidas dos viajantes era muito tênue<sup>19</sup>.

Tal pragmatismo não impedia a crítica à “incontinência” dos índios, especialmente no que dizia respeito à agricultura, vista pela ótica do período pombalino como uma das chaves para a integração dos índios à sociedade portuguesa na Amazônia, e da própria Amazônia aos circuitos comerciais mais amplos do Império. A produção das

<sup>13</sup> QUEIROZ, “Viagem e visita do Sertão...”, p. 103-104.

<sup>14</sup> QUEIROZ, “Viagem e visita do Sertão...”, p. 181.

<sup>15</sup> QUEIROZ, “Viagem e visita do Sertão...”, p. 187.

<sup>16</sup> QUEIROZ, “Viagem e visita do Sertão...”, p. 349.

<sup>17</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 213.

<sup>18</sup> WILCKENS, Henrique João. “Diário da Viagem ao Japurá (1781)”. In: AMOROSO, Marta R. & FARAGE, Nádia (orgs.). *Relatos da fronteira Amazônica no Século XVIII: documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira*. São Paulo: NHII/ USP/ Fapesp, 1994, p. 28.

<sup>19</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983 [1787], p. 225.

tradicionais bebidas fermentadas dos índios, como o *paiauru*<sup>20</sup>, representava um obstáculo, não porque os índios se embriagassem, mas porque “estragavam” muita farinha no processo<sup>21</sup>. E nem adiantava reprimir essa produção, ou a produção das “aguardentes de beiju” (tiquiras), que prejudicavam as roças, porque os índios passavam para a aguardente de cana. Proibida essa, voltava-se ao consumo das bebidas de mandioca, e tudo isso impedia o “adiantamento das lavouras úteis”, comprometidas com a “manufatura de um gênero prejudicial”<sup>22</sup>.

De grande interesse é a correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759<sup>23</sup>. Em primeiro lugar, por oferecer um exemplo acabado de um comportamento ético que é típico da elite portuguesa, qual seja a temperança no beber, algo sempre reafirmado na documentação sobre reis e nobres desde a Idade Média<sup>24</sup>. Escrevendo, em 1757, aos diretores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ele afirma não poder explicar o porquê do vinho enviado pela Companhia não ser vendido completamente, ao contrário dos outros bens, todos esgotados: “a este respeito poderia alargar-me mais se isso pertencesse ao meu ofício”<sup>25</sup>. Em outra oportunidade (1751), escrevia a Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário da Marinha e Ultramar, e futuro inimigo de seu irmão, Pombal. Naquele momento, porém, havia espaço para gentilezas, como enviar ao secretário um barril de aguardente de cana, a qual tinha Corte-Real “a curiosidade de conservar sempre em sua casa”. Ele faz a oferta, mas se abstém de falar sobre sua qualidade: “dizem os entendedores que é excelente, estimarei que V. Ex<sup>a</sup> a ache com esta qualidade”<sup>26</sup>.

Por todo o conjunto epistolar de Mendonça Furtado, transparece a ideia de que os habitantes da Amazônia, índios ou não, eram afetados pelo “abominável vício da preguiça” e “desprezo do trabalho manual”, o que representava um grande obstáculo para o progresso econômico da região<sup>27</sup>. O governador tinha o firme propósito de alterar essa situação, seguindo as linhas gerais da política pombalina, especialmente no que diz respeito à promoção das “artes úteis” e à criação daquilo que poderíamos chamar de “ética do trabalho”, dentro, é claro, dos limites que esse tipo de ética pode alcançar em um fidalgo português do século XVIII.

A noção de *utilidade* é central na ação e pensamento de Mendonça Furtado, utilidade sempre relacionada aos interesses do império português e ao projeto civilizatório pombalino. Dessa forma, a cultura do tabaco era de “grande utilidade”, o arroz “podia dar tanta ou maior utilidade que o açúcar<sup>28</sup>, e a “planta do Carauá”

---

<sup>20</sup> FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial – séculos XVI-XVII*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 75-76.

<sup>21</sup> FERREIRA, *Viagem filosófica...*, p. 533.

<sup>22</sup> FERREIRA, *Viagem filosófica...*, p. 675.

<sup>23</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. 3 v. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>24</sup> FERNANDES, *Selvagens bebedeiras...*, p. 109-140.

<sup>25</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 370 (Vol.III).

<sup>26</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 164 (Vol.I).

<sup>27</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 171 (Vol.I).

<sup>28</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 270 (Vol.I).

(*caroá*) podia ser “de grande utilidade não só a este Estado, mas a toda a Nação”<sup>29</sup> Introduzir essa noção, assaz estranha ao pensamento indígena, entre os nativos era uma das principais tarefas a que se dedicava Furtado, sempre tolhido, porém, pela universal predileção dos índios pela cachaça: “qualquer frasco de aguardente bastará para qualquer deles largar todas as drogas que com muito trabalho tiraram do sertão”<sup>30</sup>.

Parecia difícil aos funcionários comprometidos com a política civilizatória de Pombal, tal como Mendonça Furtado ou seu sobrinho, Joaquim de Mello e Póvoas (nomeado, em 1758, governador da nova Capitania de São José do Rio Negro) alcançar seus objetivos, entre outros motivos pela mínima colaboração recebida dos próprios colonizadores. A começar da grande produção de aguardente na região, que desviaria a matéria-prima da produção do “útil” açúcar, e poria em risco a saúde dos escravos e a integração dos índios, os quais se perdiam “por causa da ebriedade que se lhes não pode evitar”. Embora fosse oficialmente proibida, a fabricação da aguardente grassava quase que livremente, para grande desgosto de Mendonça Furtado, que solicitava ao rei, em 1751, que mandasse “demolir todos os molinetes” dedicados à aguardente, ou “impor-lhes um tributo grande”, o que acabou por se tornar a opção escolhida, pela total incapacidade do Governo-Geral em executar aquela proibição<sup>31</sup>.

Com a popularidade da aguardente, não surpreende que esse seja um tópico recorrente na correspondência dos administradores coloniais. Mendonça Furtado, em 1752, afirmava que a produção de açúcar havia sido “arruinada” pela fabricação do destilado, “com grande prejuízo do comércio e do sossego público, havendo infinitas casas em que se vendem por miúdo, de que nascem inumeráveis desordens”<sup>32</sup>. Desordens que não afetavam apenas os índios, mas também a população livre, notadamente os soldados, aquela “vilíssima canalha”, que mais trazia problemas do que soluções<sup>33</sup>.

Tampouco os padres estavam isentos de críticas. Em uma carta cheia de desprezo pelo clero secular da Capitania do Rio Negro, Mello e Póvoas não parava de vociferar contra os párocos e vigários que “se demasiavam com aguardente”, o que era “comum a quase todos os filhos da terra”. Um deles, o vigário de Barcelos, não apenas levava e embebedava índias em sua casa, como costumava “se demasiar” com aguardente e sair pela vila à noite, “em trajes de mulher” e “bailando”. À parte esse caso extremo, os outros padres também bebiam a valer, o que motivou o governador a aumentar as medidas de combate à produção do destilado de cana, além de criticar os padres pelo “mau exemplo a seus Fregueses” e por ir “contra as Ordens de Sua Majestade”<sup>34</sup>.

<sup>29</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 271 (Vol.I).

<sup>30</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 72 (Vol.II).

<sup>31</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 105 (Vol.I); CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010, p. 121-145.

<sup>32</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 270 (Vol.I).

<sup>33</sup> MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina...*, p. 299 (Vol.III).

<sup>34</sup> Carta de Joaquim de Mello e Póvoas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Barcelos, 20/08/1760), In *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro (Joaquim de Mello e Póvoas – 1758-1761)*, Manaus, Universidade do Amazonas (CEDEAM), 1983, p. 299-302.

Apesar do grande valor documental dessa correspondência, é inegável que o grande documento acerca da Amazônia colonial é o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do padre jesuíta João Daniel (1722-1776), escrito nas duras condições de uma prisão que durou dezoito anos, no contexto da repressão pombalina à Companhia de Jesus, e da qual Daniel não sobreviveu. Tendo vivido e missionado na Amazônia entre 1741 e 1757, Daniel não apenas descreveu a região como apresentou uma série de propostas “ilustradas” (mas pouco ou nada exequíveis, como substituir a mandioca pelo trigo como principal cultura agrícola), que visavam o desenvolvimento da terra, o qual deveria ser conduzido em Missões inicianas, em contraponto ao projeto pombalino de civilização, exemplificado na correspondência de Mendonça Furtado e Mello e Póvoas<sup>35</sup>.

Não é o caso de fazer aqui uma apreciação dessa complexa obra, que combina aspectos da preocupação ilustrada com o progresso técnico e econômico e uma visão do *maravilhoso* típica de séculos anteriores. Tal como fiz com os documentos anteriores, quero me limitar àqueles trechos que apresentam o comportamento de colonos e índios como óbices aos planos civilizadores. Nesse sentido, os hábitos etílicos também aparecem na obra de Daniel como um problema de graves proporções.

Em meio às descrições mais ricas e precisas feitas, até então, sobre o modo de vida de índios e colonos na Amazônia, o *Tesouro* também abre espaço para a crítica comportamental, especialmente dirigida ao amor pela bebida e pelos excessos etílicos, tradição oriunda dos habitantes originais da terra, “mui inclinados” às “suas vinhaças”<sup>36</sup>. Na verdade, a entusiasmada adesão dos nativos aos excessos etílicos representava, para Daniel, o “segundo vício” mais importante, e prejudicial, dos índios, somente superado pelas tentações da carne:

*O segundo vício que nos índios é não só muito usado, mas também como originário, é a bebedice, em que, se não excedem, também não cedem aos maiores mestres deste ofício; para o que têm várias castas de vinhaças, e aguardentes, e com tanta abundância, que é à vontade de cada um. E não há festa, nem banquete. E não há festa, nem banquete, nem função alguma, em que não entre Baco a fazer o seu papel, como o gracioso nas comédias, e o principal agente dos festins; e não bebem só por debicar e provar com regra, ou medida, mas até mais não poderem, ou até caírem: e são tão brutos na vida como mestres neste ofício.*<sup>37</sup>

Estas festas, para o iniciano, eram literalmente a morada do diabo, que lhes aparecia em suas “danças e festins”, por vezes “dançando visivelmente no meio

<sup>35</sup> COSTA, Kelerson S., “Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, p.95-112.

<sup>36</sup> DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, v. I [1820], p. 276.

<sup>37</sup> DANIEL, *Tesouro descoberto...*, p. 285.



deles”<sup>38</sup>. Daniel seguia aqui, portanto, a prática jesuítica de perceber nas festas indígenas um obstáculo de natureza religiosa à ação catequética, assim como o fizeram inicianos como Anchieta e Nóbrega<sup>39</sup>. Ao mesmo tempo, Daniel também se inscreve no discurso típico do século XVIII, que percebe a “preguiça” como marca do caráter de nativos e de colonos, o que o aproxima dos textos de inspiração pombalina e civilizatória.

João Daniel também faz a melhor descrição da aguardente de cana, de seus efeitos para a economia local (bastante deletérios, segundo ele) e, notadamente, de seus efeitos espirituais e físicos sobre índios e colonos. A discussão sobre a aguardente no *Tesouro* é tão rica e detalhada que mereceria um artigo específico, mas é importante apresentar aqui um dos seus trechos mais notáveis, quando João Daniel apresenta o vício da aguardente como algo que escapava à dissipação moral, sendo antes um caso de *adição*, aproximando-se bastante da noção de alcoolismo, a qual somente se desenvolveria totalmente no século XIX<sup>40</sup>. Reconhecendo, como era comum à época, os benefícios da aguardente para a saúde, Daniel alerta para os riscos envolvidos em seu consumo: “é tão feiticeira esta aguardente, que se alguém se costumou a ela, ainda que ao princípio mui regulada, e só por medicina pelas manhãs, (...) pouco a pouco se vai alargando até dar em demasia, e custa [muito] depois a largar”<sup>41</sup>.

João Daniel também aponta para o enorme impacto da aguardente sobre as populações indígenas da Amazônia, ao descrever como os nativos (“tão perdidos por ela”) tornavam-se alvos fáceis dos comerciantes luso-brasileiros, que “com uma frasqueira” enchiam os barcos de drogas do sertão muito mais valiosas. O uso da aguardente também solapava as bases da prática catequética, pois tornava os índios impacientes com regras, e agressivos uns com os outros, apenas para que os brancos pudessem “encher seus potinhos”<sup>42</sup>.

Os relatos amazônicos, entendidos em seus contextos particulares, como correspondências episcopais ou administrativas, ou como obras de caráter científico-descritivo, como o livro de Daniel, são fundamentais para a compreensão das estruturas de consumo da sociedade brasileira, seja no que diz respeito aos produtos utilizados, seja no tipo de comportamento social associado a estes produtos. As descrições das bebidas alcoólicas e do comportamento de seus usuários também refletem de perto o conjunto de pressupostos que o olhar imperial lançava sobre as populações coloniais. São, portanto, uma fonte inestimável para a história cultural das práticas do cotidiano.



<sup>38</sup> DANIEL, *Tesouro descoberto...*, p. 324.

<sup>39</sup> FERNANDES, *Selvagens bebedeiras...*, p. 161-206.

<sup>40</sup> LEVINE, Harry G. “The discovery of addiction: changing conceptions of habitual drunkenness in America”. *Journal of Studies on Alcohol*, v. 15, 1979, p. 493; ver também: RIMKE, Heidi & HUNT, Alan. “From sinners to degenerates: the medicalization of morality in the 19th century”. *History of the Human Sciences*, v. 15, n. 1, 2002, p. 59-88; e ROTH, Marty. “The golden age of drinking and the fall into addiction”, *Janus Head*, v. 7, n. 1, 2004, p. 11-33.

<sup>41</sup> DANIEL, *Tesouro descoberto...*, p. 526.

<sup>42</sup> DANIEL, *Tesouro descoberto...*, p. 526.

## RESUMO

A interiorização da colonização portuguesa no Brasil foi marcada, tal como ocorreu em outros contextos coloniais, pela construção de um tipo de discurso que chamarei de *discurso colonial*, o qual se caracteriza pela separação entre colonizadores e colonizados a partir de uma série de distinções e contraposições que giram em torno da dicotomia *civilizado / bárbaro*. Um campo privilegiado para a construção do discurso colonial é o das práticas alimentares e etílicas, as quais organizam as categorias sociais e definem o pertencimento de indivíduos e grupos àquelas categorias. No caso da Amazônia Portuguesa do século XVIII dispomos de alguns relatos e descrições extremamente ricos quanto aos costumes etílicos dos povos indígenas e das populações pobres da região, os quais nos permitem um olhar privilegiado sobre a construção do discurso colonial.

**Palavras Chave:** Contato Interétnico; Relatos Coloniais; Culturas Etílicas; Discurso Colonial.

## ABSTRACT

The internalization of the Portuguese colonization of Brazil was marked, as occurred in other colonial contexts, by the construction of a kind of discourse that I will call *colonial discourse*, which is characterized by the separation between colonizers and colonized from a series of distinctions and oppositions that revolve around the dichotomy *civilized / barbarian*. A privileged field in the construction of colonial discourse is the food and alcoholic habits, which organize the social categories and define individuals and groups belonging to those categories. In the case of the Portuguese Amazon in eighteenth century we have some extremely rich reports and descriptions about the alcoholic customs of indigenous peoples and the poor population, which we allow for a privileged look on the construction of colonial discourse.

**Keywords:** Interethnic Contact; Colonial Accounts; Alcoholic Cultures; Colonial Discourse.